

# **Tocantins no contexto do MATOPIBA: Territorialização do agronegócio e intensificação dos conflitos territoriais**

**Carlos Alberto Feliciano**

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.  
e-mail: carlos.feliciano@unesp.br

**Carlos Eduardo Ribeiro Rocha**

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.  
e-mail: cadusophia@gmail.com

## **Resumo**

Os conflitos por terra no estado do Tocantins têm se agravado na última década, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra. Mortes, despejos, ameaças, ações de jagunços contratados por grileiros são algumas das características da produção territorial do conflito agrário nesse estado. O discurso de “última fronteira agrícola” e a expansão do capital, principalmente estrangeiro para a produção de *commodities*, tem feito surgir um aumento pela busca por terra nessa parte do bioma Cerrado, onde uma classe política/agrária se utiliza de suas relações dominantes de poder para expropriar e dispor terras para o capital. Nessa conjuntura agrária que se encontra o estado do Tocantins, políticas públicas de Estado, como a formalização do território do MATOPIBA em 2015, reforça e potencializa os conflitos por terra, que cada vez mais se mostra violento e perverso.

**Palavras-chave:** Conflitos; violência; soja; MATOPIBA; território.

## **Tocantins in the context of the MATOPIBA program: Territorialization of agribusiness and intensification of territorial conflicts**

### **Abstract**

Conflicts over land in the state of Tocantins have worsened in the last decade, according to CPT data. Deaths, evictions, threats, roughnecks actions contracted by grileiros are some of the characteristics of the territorial production of the agrarian conflict in that state. The discourse of the "last agricultural frontier" and the expansion of capital, mainly foreign to commodity production, has led to an increase in the search for land in this part of the biome Cerrado where a political / agrarian class uses its dominant relations of power to expropriate and dispose of land for capital. In this agrarian conjuncture that is the state of Tocantins, state public policies, such as the formalization of the territory of MATOPIBA in 2015, reinforces and enhances conflicts over land, which is increasingly violent and perverse.

**Keywords:** Conflicts; violence; soy; MATOPIBA; territory.

## **Tocantins en el contexto del MATOPIBA: Territorialización del agronegócio e intensificación de los conflictos territoriales**

### **Resumen**

Los conflictos por tierra en el estado de Tocantins se han agravado en la última década, según datos de la CPT. Mortes, desalojos, amenazas, acciones de *jagunços* contratados por *grileiros* son algunas de las características de la producción territorial del conflicto agrario en ese estado. El discurso de "última frontera agrícola" y la expansión del capital, principalmente

extranjero para la producción de commodities, ha hecho surgir un aumento por la búsqueda por tierra en esa parte del bioma Cerrado, donde una clase política / agraria se utiliza de sus relaciones dominantes poder para expropiar y disponer tierras para el capital. En esa coyuntura agraria que se encuentra el estado de Tocantins, políticas públicas de Estado, como la formalización del territorio de MATOPIBA en 2015, refuerza y potencia los conflictos por tierra, que cada vez más se muestra violento y perverso.

**Palabras Clave:** Conflictos; violencia; soja; MATOPIBA; territorio.

## Introdução

O objetivo do trabalho é fazer uma análise descritiva do avanço do agronegócio no Cerrado Tocantinense, destacando a criação do programa de incentivo agrícola do governo federal MATOPIBA, assim como, o crescimento no número de ocorrências do uso da violência no campo nesse estado. Para produção do texto foram pesquisadas bibliografias referentes aos PND's I e II (Plano Nacional de Desenvolvimento 1972 e 1975) que dirigiram o avanço de fronteira agrícola em direção ao bioma Cerrado e textos sobre a atual produção agrícola no Tocantins. Também foram pesquisadas bibliografias sobre a expansão do capital na agricultura e estrangeirização de terras. Foram feitas entrevistas a produtores em fazendas produtoras de soja. Os dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) sobre violência no campo tocantinense foram tabulados e foram utilizados mapas de localização e produção agrícola, além de gráficos. Realizamos um quadro de informações sobre empresas que atuam no ramo do agronegócio e estão instaladas no Tocantins. Também acessamos sites de notícias para evidenciar a conjuntura da produção agrícola nesse estado.

A expansão da modernização agrícola no interior do Brasil se deu por intermédio de programas de desenvolvimento (ROCHA e FOSCHIERA, 2018). Esses programas se deram em áreas diferenciadas e com diferentes formas produtivas, destacando-se a mineração, a criação de gado, a industrialização e a produção agrícola. Dentre os programas de desenvolvimento agrícola se destacou a produção de soja principalmente em áreas do bioma Cerrado.

As políticas públicas dirigida pelo Estado com um discurso de modernização do espaço agrário no norte do Brasil tiveram como características a grilagem de terra e violência contra “migrantes nordestinos, que praticavam uma agricultura de subsistência, “a chamada roça de toco”, bem como o extrativismo” (OLIVEIRA e CRESTANI, 2014, p. 208).

No antigo norte goiano e atual estado do Tocantins, foram implantados projetos de incentivos agrícolas tanto por parte do governo federal como de governos estaduais. Esses projetos estão distribuídos em diferentes regiões do estado e se caracterizam pela desapropriação de áreas ocupadas e repassadas a produtores rurais externos àquelas áreas e conflitos por terra.

Atualmente, com a formalização do território do MATOPIBA,<sup>1</sup> o setor agrícola do estado do Tocantins, através de seus representantes políticos, tem sido posto literalmente a venda a capitalistas estrangeiros. Segundo o portal de notícias Atitude, a senadora pelo Tocantins Katia Abreu, hoje filiada ao Partido Democrático Brasileiro – PDT esteve em agosto de 2017, em Pequim na China participando do Fórum Desafio Brasil + China fazendo palestra e cooptando capital chinês para investimento no MATOPIBA. (PORTAL DE NOTÍCIAS ATITUDE, 2017, p. 01).

Esse avanço de fronteira agrícola no cerrado Tocantinense tem feito à violência no campo aumentar. Sobre as principais causas que motivaram a violência no campo nessa região na década de 1980, segundo Oliveira e Crestani foram:

i) a estrutura da malha fundiária; e ii) a fertilidade do solo. O primeiro se refere à questão da posse da terra, aos problemas em torno da regulamentação jurídica da propriedade rural; acrescenta-se a própria estrutura fundiária regional submetida à dinâmica ditada pelo processo geral de concentração fundiária no país. O solo da região do Bico do Papagaio é derivado de rocha basáltica, terra roxa estruturada, uma das poucas áreas de solos férteis do estado (OLIVEIRA e CRESTANI, 2014, p. 209).

Na Região conhecida como “Bico do Papagaio<sup>2</sup>” no estado do Tocantins, uma das que aglomeram a maior quantidade de conflitos por terra, segundo a CPT, só em 2017 houve cerca de 114 ocorrências, entre tentativa e ameaça de expulsão, casas destruídas e pertences destruídos. Essa monopolização da produção de commodities, que está se ampliando pelo estado tem sido direcionada por ações governamentais em forma de subsídios e infraestrutura, configurando esse setor como estratégico para seu desenvolvimento econômico, porém sem ter o mesmo engajamento quando se trata de agricultura camponesa e comunidades tradicionais, as quais estão em conflito com esse modelo de desenvolvimento.

## **A territorialização do agronegócio no Cerrado tocantinense**

A região do Cerrado, onde hoje se encontra o programa de desenvolvimento agrícola MATOPIBA, passou a despontar com grande potencial para expansão de fronteira agrícola ainda na década de 1970, quando políticas públicas territoriais foram efetivadas nessa região. Os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND's) formularam instrumentos de revitalização

---

<sup>1</sup> O território do MATOPIBA, programa do governo federal, passou a ser delimitado formalmente em 2013 pela Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), tendo seu território oficializado pela então presidente Dilma Rousseff, com o decreto Nº 8.447, de 06 de maio de 2015. Segundo dados da Embrapa 2015, o território do MATOPIBA compreende 04 Estados, 31 Microrregiões, 337 Municípios abrangendo uma área total de 73.173.485 ha (51% da área dos 4 Estados). (Embrapa, 2014).

<sup>2</sup> A microrregião do Bico do Papagaio, que possui uma área de 15.993,20 km<sup>2</sup>, correspondendo a 5,75% do território do Tocantins, e é composta por 25 municípios. O Censo Demográfico de 2010 registrou uma população de 196.367 habitantes, que representa 14% do total da população do estado. A densidade demográfica é de 12,45 hab/km<sup>2</sup>, enquanto a do estado é de 4,98 hab/km<sup>2</sup> e, a do Brasil, de 22,40 hab/km<sup>2</sup> (IBGE, 2010). Mais informações sobre os conflitos na região ver SADER, Regina. *Espaço e luta no Bico do Papagaio*. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1987.

e modernização da agricultura brasileira no sentido de dinamizar o setor agrícola e de ampliar a produção de alimentos e de matérias-primas; aumentar as exportações e a substituição das importações; redistribuir geograficamente as populações rurais por meio da colonização. Para Costa (1988), o I PND (1969-1974) tinha uma perspectiva de colonização, enquanto que o II PND (1975-1979) voltou-se mais para uma ocupação baseada em um novo patamar da política econômica global, ligada à produção para o crescimento das exportações.

Outros três programas agrícolas de cunho governamental que influenciaram a recente ocupação produtiva do Cerrado no período posterior a 1970 foram: o Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (PADAP), implementado pelo governo de Minas Gerais, o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e o Programa de Cooperação Nipo-brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), ligados ao governo federal.

O PADAP foi criado em 1973, em Minas Gerais, e tinha como intuito afirmar a viabilidade técnica e econômica do potencial agrícola do Cerrado, tendo por meio da ocupação de colonos de descendência japonesa, vindos, principalmente, do Sul/Sudeste do país. Segundo Pires (2000, p. 119), “no planejamento do PADAP, previa-se a realização de 15 atividades produtivas, no entanto, na sua efetivação, estas reduziram-se a quatro, ocorrendo uma acentuada especialização em torno do cultivo da soja, do trigo e do café”.

O POLOCENTRO foi efetivado em 1975 e foi implantado nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Minas Gerais. Seu objetivo era incorporar mais de três milhões de hectares de terras do Cerrado destinados à pecuária, agricultura e reflorestamento (PIRES, 2000).

O uso e ocupação do solo com lavouras tecnificadas, assentadas em grandes propriedades, voltadas à produção de arroz, soja e milho para exportação, exemplificam como se deu a modernização da agricultura no Cerrado, principalmente os que faziam parte dos programas governamentais de ocupação das terras.

O Tocantins, estado que tem seu território totalmente incluído no MATOPIBA, é palco de inúmeros polos de produção agrícola. Atualmente, o principal produto que vem abrindo as maiores áreas para plantio e tendo os maiores investimentos de capital é a soja. Em síntese, algumas cidades polo se destacam na produção agrícola do estado, como Campos Lindos, na região nordeste, com a produção de soja, arroz e milho, e em menor escala o cultivo de frutas tropicais. A região do Jalapão vem se destacando no ecoturismo, silvicultura, floricultura, etc. Na região sudeste do estado o projeto Manoel Alves<sup>3</sup> vem estimulando a

---

<sup>3</sup> O Projeto Manoel Alves é um investimento do Programa de Perenização das Águas do Tocantins (PROPERTINS), de iniciativa do Governo do Tocantins, com a interveniência da Secretaria de Recursos Hídricos e Meio Ambiente, implantado com recursos do Ministério da Integração Nacional, 90%, e do Executivo Estadual, 10%. Localizado no sudeste do Tocantins, esse grandioso projeto se destina, principalmente, à exploração da

produção agrícola, nas áreas de fruticultura e pecuária. No extremo norte do estado se desenvolve o Programa de Desenvolvimento Regional Integrado (PDRI), com o objetivo de aproveitar as potencialidades locais. No sudoeste do estado foram implantados os Projetos Rio Formoso e Projeto Javaés<sup>4</sup>, que engloba os municípios de Formoso do Araguaia, Dueré e Lagoa da Confusão, viabilizando a expansão da fronteira agrícola do estado, produzindo principalmente arroz irrigado. Na região centro-norte destaca-se o Prodecer III em Pedro Afonso, voltado para produção de grãos.

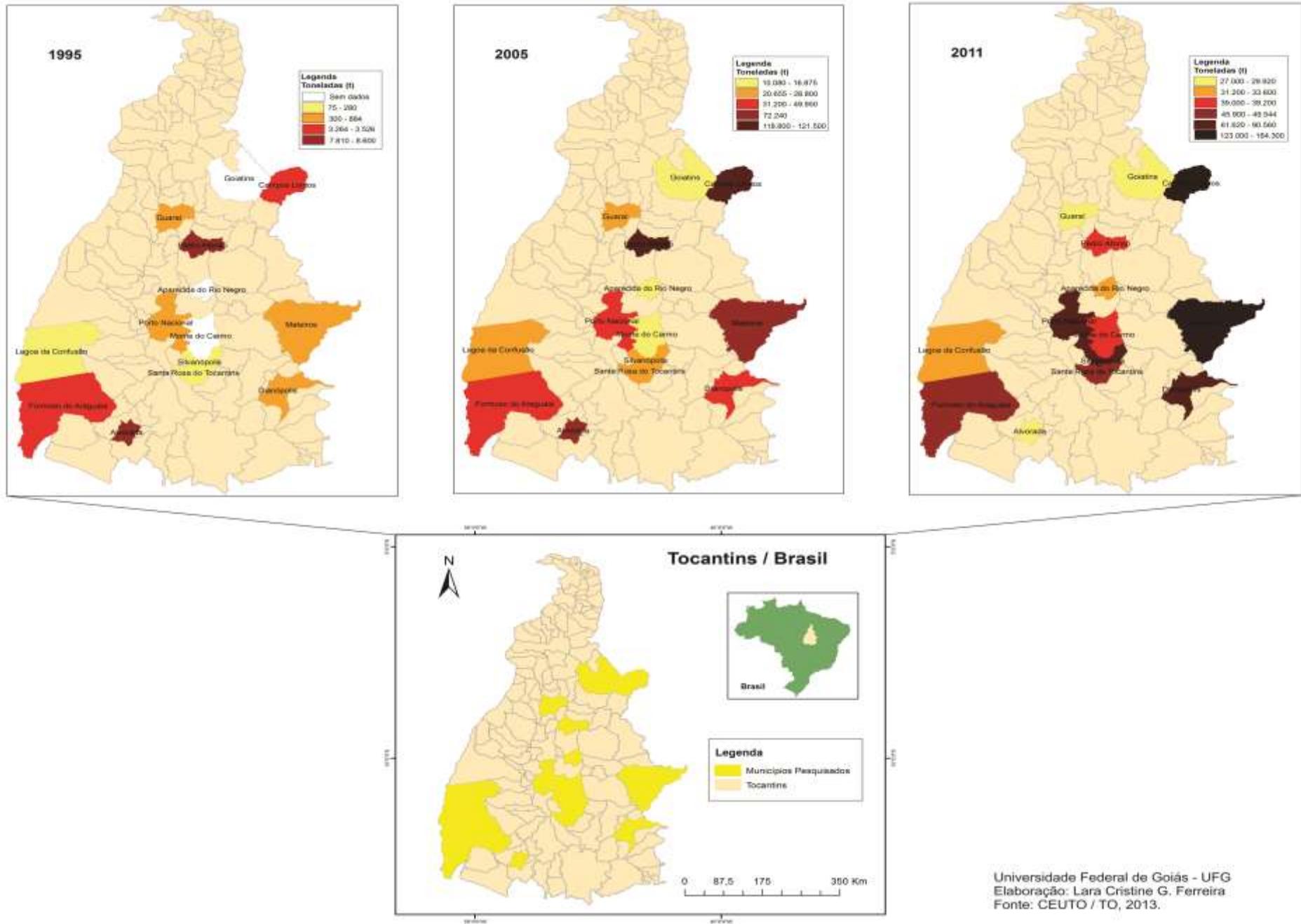
Em relação ao plantio de soja no Tocantins (Figura 1), Santos (2014) apresenta uma análise temporal dessa produção, considerando 14 municípios, sendo eles: Goiatins, Campos Lindos, Guaraí, Pedro Afonso, Aparecida do Rio Negro, Mateiros, Porto Nacional, Lagoa da Confusão, Silvanópolis, Santa Rosa, Formoso do Araguaia, Dianópolis e Alvorada, com maior expressão em produtividade. Em 1995, as áreas com maiores índices de produção por faixa de número de toneladas produzidas estavam nos municípios de Alvorada e Pedro Afonso, sendo que os municípios de Monte do Carmo, Aparecida do Rio Negro e Goiatins, que também estão relacionados na análise, neste momento não produziam soja. Vale ressaltar que as duas regiões onde se encontravam os dois municípios em destaque (Alvorada e Pedro Afonso) estavam mais estruturadas em relação às demais. No sudoeste, onde se localiza o município de Alvorada, a estrutura pode ter vínculo com a implantação do projeto Rio Formoso, no município de Formoso do Araguaia, e no norte no município de Pedro Afonso, com a implantação do Prodecer III.

---

agricultura irrigada (fruticultura tropical) e representa uma das mais importantes oportunidades de crescimento da região. (Silva e Aires, 2012, pag. 01).

<sup>4</sup> O projeto Lagoa da Confusão e o projeto Rio Formoso fazem parte do Projeto Javaés/Mesopotâmia – atualmente denominados projetos de irrigação das várzeas do Araguaia no Plano Estadual de Irrigação (PEI/TO) –, cujo principal objetivo é permitir o cultivo de duas safras por ano (safra e entressafra), por meio da construção de barramentos. (P.B de Moraes et al. 2014, pag.89).

Figura 1: Quantidade Produzida de Soja – Tocantins/Brasil (em toneladas)



Em 2005 há uma expansão na produção de soja em todos os municípios relacionados, sendo que, segundo Santos (2014), os municípios de Aparecida do Rio Negro, Monte do Carmo e Goiatins só começaram a produzir soja em 2001. A região centro-sul do estado aumenta seus índices de produção em 2005, se destacando os municípios de Porto Nacional, Santa Rosa e Silvanópolis.

Vale salientar que se instala nessa região, em 2003, a primeira empresa de originação<sup>5</sup> de soja, a Bunge Alimentos, estimulando o aumento da produção, diminuindo custos com frete, porém monopolizando a comercialização do grão, pois não existia concorrência.

Os municípios que se destacam neste período e que tem grande representatividade na produção de soja do estado são os municípios de Campos Lindos, Mateiros e Dianópolis.

A região centro-sul do estado, desde 2011, se estruturava como um dos principais polos de produção de soja no Tocantins. A produção de soja nos municípios de Porto Nacional, Monte do Carmo, Santa Rosa e Silvanópolis representa, segundo dados do IBGE de 2013, cerca 25% de toda soja produzida no estado, sendo Porto Nacional o principal polo agregador de investimentos privados no setor sojicultor.

O quadro a seguir apresenta *tradings* multinacionais e brasileiras que estão territorializadas e estruturam a demanda pela produção desta *commodity* na área central do estado do Tocantins (Quadro 1). Vale ressaltar que tais empresas operam apenas com o financiamento, suporte técnico e compra da produção, não fazendo parte do seu rol da atuação a produção de soja na região. A ordem de identificação segue a cronologia de chegada dessas empresas em cada município da região.

**Quadro 1: Tradings instaladas em Porto Nacional, Palmas, Silvanópolis e Santa Rosa no TO.**

	<b>Empresas</b>	<b>Origem/ Fundação</b>	<b>Filiais</b>	<b>Atuação</b>	<b>Ano de Instalação no Brasil</b>	<b>Ano de Instalação e atuação em Porto Nacional e demais municípios.</b>
<b>1</b>	Bunge Alimentos S/A.	Fundada em Amsterdam na Holanda em 1818. Sede atual em White Plains, Estados Unidos.	América do norte, América do sul, Europa, Ásia, Oriente Médio, Caribe,	Financiamento, assistência técnica, produção, comercialização, armazenamento, processamento, logística. Ação global.	1905, em Santos – São Paulo.	Em 2003. Financiamento, comercialização, armazenamento e logística.

<sup>5</sup> Conforme o MAPA (2007), originação “tem como função descrever o papel destinado a algumas empresas em coordenar o suprimento de matérias primas. Os originadores envolvem cooperativas, corretores, armazenadores e *tradings*”.

2	Multigrain S/A.	Fundada em 1988 em São Paulo. É controlada pela japonesa Mitsui a CHS Inc. Americana e a Brasileira PMG Trading.	MT, DF, GO, MG, BA, TO e MA.	Assistência técnica, produção, comercialização, armazenamento, processamento, logística.	Fundada no Brasil em 1988.	Em 2007. Financiamento, comercialização e logística.
3	Granol Indústria, Comércio e Exportação S/A.	Fundada em 1965 em São Paulo.	MT, MS, GO, RS, MG e TO.	Assistência técnica, produção, comercialização, armazenamento, processamento, biocombustíveis, logística.	Fundada no Brasil em 1965.	Em 2009. Comercialização, armazenagem, processamento, logística.
4	Agrex do Brasil S/A.	Fundada em 1995 como Ceagro, integrou-se ao grupo Los Grobo em 2008 e em 2012 a Mitsubishi Corporation torna-se acionista, passando a se chamar Agrex do Brasil.	PI, GO, MT, BA e TO.	Sementes próprias, agrotóxicos, fertilizantes, assistência técnica, produção financiamento, comercialização, armazenamento, logística.	Fundada no Brasil em 1995.	Em 2010. Financiamento, comercialização, logística (única com transbordo no pátio multimodal).
5	CHS Comércio, Serviços e Soluções Agrícolas Ltda.	Fundada em 1929 nos Estados Unidos. Têm como sócia a Multigrain, além da Mitsui e a companhia brasileira PMG Trading.	Europa, Ásia, América do sul. No Brasil – São Paulo.	Financiamento, produção, Comercialização, armazenamento, processamento, logística. Ação global.	Instalada no Brasil em 2003.	Em 2010. Financiamento, comercialização, logística.
6	Fiagril Ltda.	Fundada em 1989 em Mato Grosso.	Tocantins.	Sementes, agrotóxicos, financiamento, comercialização, armazenamento, bioenergia, logística.	Fundada no Brasil em 1989.	Em 2011. Agrotóxicos, financiamento, comercialização, armazenamento, logística.
7	Cargill Agrícola S/A.	Fundada 1865, Conover, Iowa, EUA. Possui sede em Wayzata, MN.	Encontra-se em 67 países. No Brasil a sede em SP.	Financiamento, produção, comercialização, processamento, logística. Ação global.	Instalada no Brasil em 1965.	Em 2013. Financiamento, comercialização, logística.
8	CGG Trading S/A.	Fundada em 2010. Empresa brasileira com capital japonês. Iniciou, em 2013, a construção do Terminal de Grãos do Maranhão	MT, PI, GO, MG e TO.	Financiamento, produção, armazenamento, comercialização e escoamento logístico.	Fundada no Brasil em 2010.	Em 2013. Financiamento, comercialização, logística.

TOCANTINS NO CONTEXTO DO MATOPIBA: TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO E INTENSIFICAÇÃO DOS CONFLITOS TERRITORIAIS

		(TEGRAM) no porto de Itaqui.				
9	Amaggi & LD Commodities S/A.	Fundada em 2009. Empresa brasileira com capital Francês.	MA, TO e PI.	Financiamento, produção, comercialização, armazenamento, logística.	Fundada no Brasil em 2009.	Em 2014. Comercialização, logística.
10	ADM - Archer Daniels Midland Ltda.	Fundada em 1902, Minneapolis, Minnesota, EUA. Possui sede em Decatur, IL, EUA.	Está presente em 75 países.	Financiamento, assistência técnica, produção, comercialização, armazenamento, processamento, logística. Ação global.	Instalada no Brasil em 1997.	Em <b>Palmas</b> 2010. Financiamento, comercialização, logística.
11	Algar Agro S/A.	Fundada em 1978 em Uberlândia – MG. Pertence ao Grupo Algar	MG, GO, S, RJ, PR, MA, DF e TO.	Financiamento, produção, armazenamento, comercialização, processamento, logística.	Fundada no Brasil em 1978.	Em <b>Silvanópolis</b> 2011. Financiamento, armazenagem, comercialização, logística.
12	Nidera Sementes Ltda.	Fundada em 1920 nos Países Baixos.	Está presente em mais de 20 países. No Brasil está nos estados do MA, BA, MT, MS, GO, MG, SP, PR, SC, RS e TO.	Sementes, financiamento, comercialização, armazenamento, processamento, logística. Ação global.	Fundada no Brasil em 1950.	Em <b>Silvanópolis</b> 2014. Financiamento, comercialização, logística.
13	Sodrugestvo trading S/A.	Foi fundada em 1994 em Luxemburgo.	Rússia, Escandinávia, Norte da Europa, Orien. Médio, Brasil: Uberlândia e Paraguai.	Financiamento, produção, comercialização, armazenagem, processamento, logística. Ação global.	Fundada no Brasil em 2010.	Em <b>Santa Rosa</b> 2014. Financiamento, comercialização, logística.

Fonte: Sites das empresas. Organização: Autores.

Com a territorialização de *tradings* do agronegócio, o preço da terra elevou-se consideravelmente. Em entrevista realizada no dia 08/03/2015, o produtor Antonio Brauner<sup>6</sup>, natural do Rio Grande do Sul, relatou que em 2007 comprou terras no município de Porto Nacional - TO a preço de R\$ 2.000,00 ao hectare. Hoje ele avalia que o preço do mesmo hectare da terra esteja em torno de R\$ 40.000,00. A chegada das empresas de origem de soja no estado do Tocantins, fez com que produtores de outras regiões do país migrassem em busca de novas áreas.

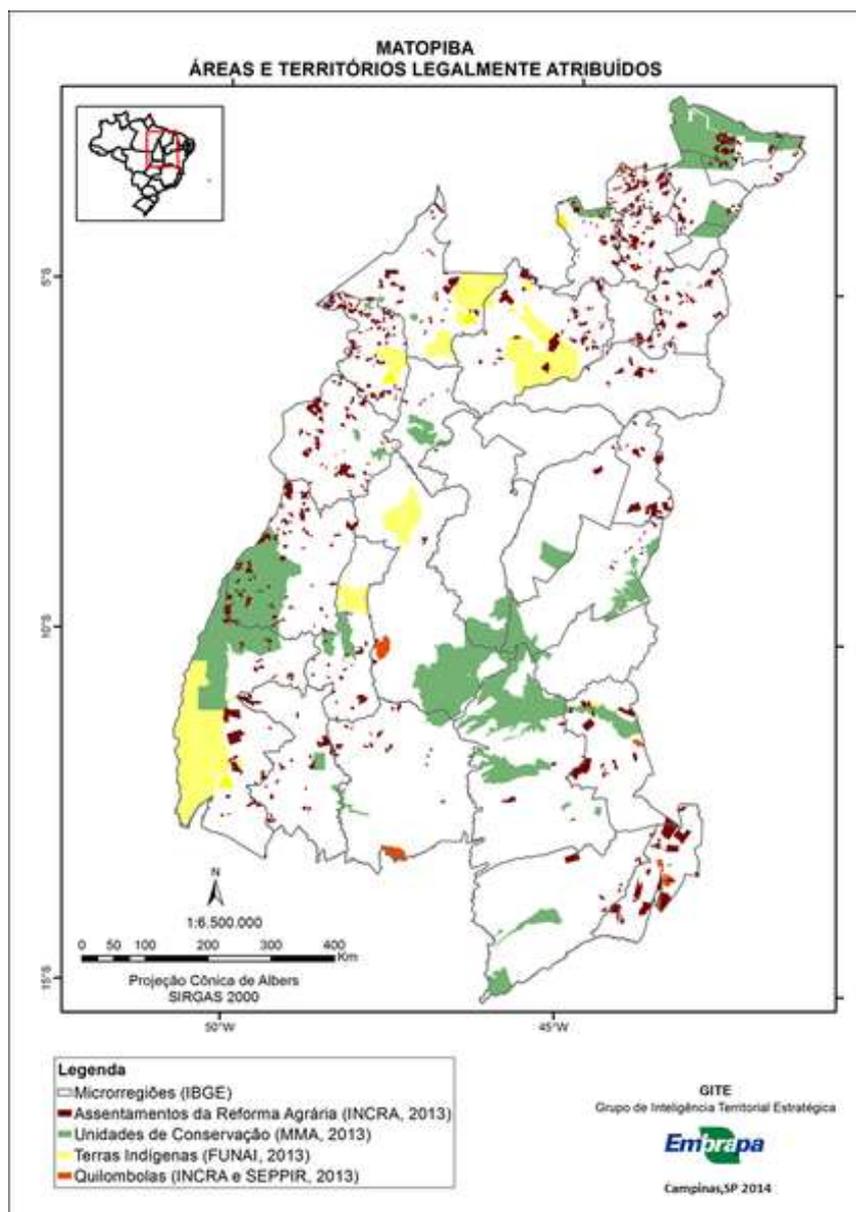
<sup>6</sup> O entrevistado autorizou a divulgação de seu nome e dados da entrevista.

Essa estruturação territorial para produção de soja por empresas de origem, insumos, maquinário, transporte, assistência técnica, genética e instituições de ensino tem impactado o meio rural e a área urbana tocantinense. Todo esse processo de estruturação vem se consolidando no sentido de uma maior reprodução do capital, visto que, a especialização deste município em um só produto (*commodity*) leva a pensar em sua real intencionalidade. Para Milton Santos (2012, p. 248) “Essa eficácia mercantil não é um dado absoluto do lugar, mas se refere a um determinado produto e não a um produto qualquer. Seria outra forma de considerar a valorização do espaço”. Essa valorização do espaço elevou a procura por terras, fazendo com que os proprietários locais as vendessem ou arrendassem, não fazendo parte diretamente, nesse momento, do processo de territorialização das lavouras de soja, pois não conseguem ou não se interessaram em se inserir no mundo do agronegócio, uma vez que este processo ainda se consolidando.

### **Conflitos no campo tocantinense: a lógica destrutiva do programa MATOPIBA**

Como já mencionado, o território do estado do Tocantins está totalmente inserido no território do MATOPIBA (Figura 2), abrangendo 08 microrregiões, 139 municípios e uma área total de 27.772.052 ha, correspondendo a 38% do total da região agrícola, o maior percentual de terras dentro do MATOPIBA. (Embrapa, 2014).

Figura 2: Área de localização do programa Matopiba



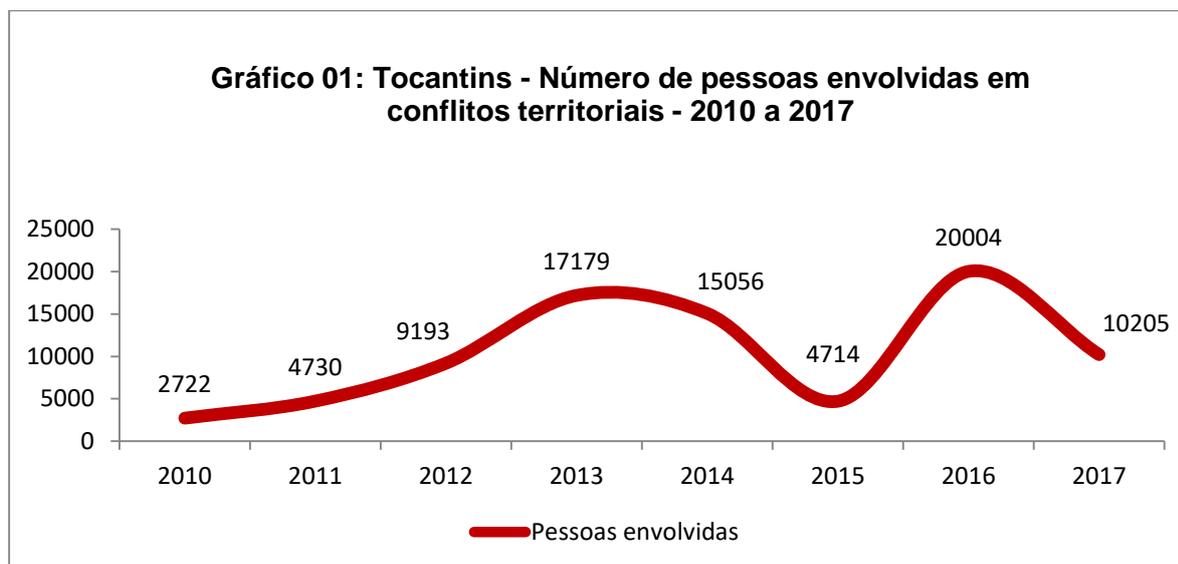
Fonte: Embrapa, 2014.

As Microrregiões geográficas do IBGE que compõem o MATOPIBA no estado do Tocantins são as do Bico do Papagaio, Araguaína, Miracema do Tocantins, Rio Formoso, Gurupi, Porto Nacional, Jalapão e Dianópolis, tendo o segundo maior PIB dentro do território, conflitando com territórios indígenas, quilombolas e camponeses.

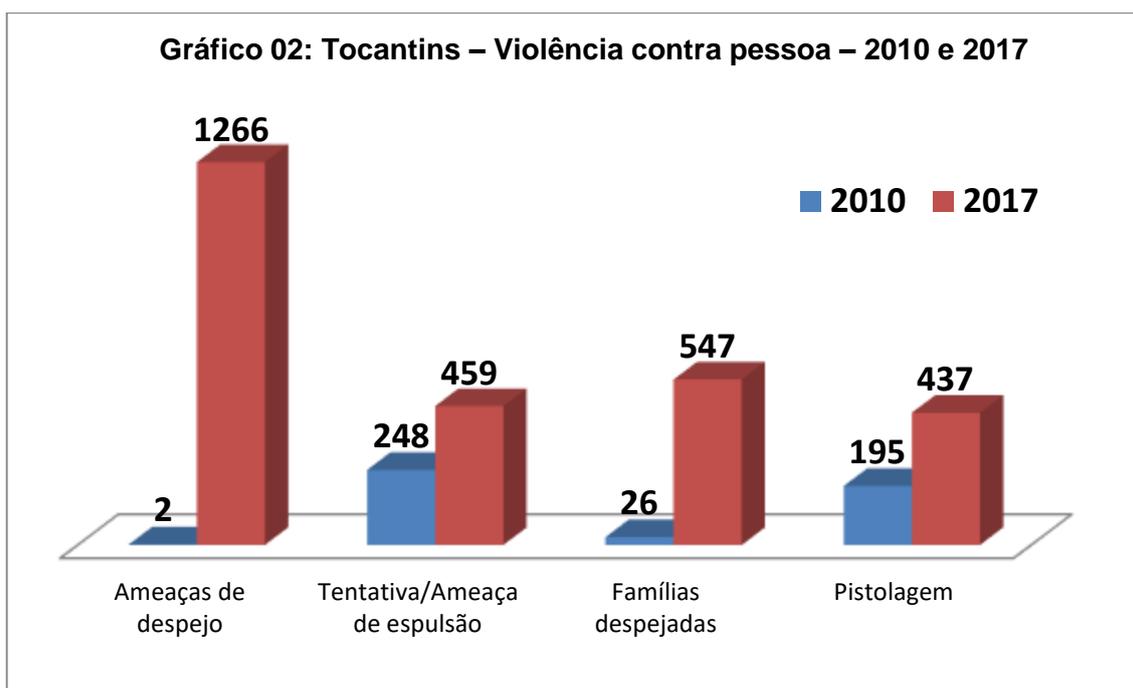
Dados de conflitos por terra no Tocantins mostram a elevação no número quantidade de famílias envolvidas em conflitos territoriais, principalmente após 2015, ano da formalização pelo governo federal do MATOPIBA (gráfico 01) Porém quando vinculamos nossa observação para o gráfico 02, pode-se considerar o clima de tensão gerado pela chegada desse programa. De 2010 a 2015 o número de pessoas ameaçadas de despejo saltou de 02 para 1266. Ainda de acordo com os dados da CPT (Gráfico 2), das quatro formas de violências levantadas,

todas tiveram crescimentos acentuados no campo tocantinense. Entendemos que esse aumento pode estar ligado ao crescimento de áreas para produção de soja, já que, como demonstrado na figura 1, de norte a sul do estado as áreas para cultivo dessa *commoditie* vem aumentando a cada ano

Quando relacionamos essas informações com o quadro 01, podemos fazer uma leitura que a violência já estava em processo crescente com a territorialização das *tradings*, a partir dos anos de 2010. Isso nos faz ponderar que para o avanço, consolidação e legitimação do agronegócio na região necessitava-se de um aparato e logística do Estado, culminando na criação do MATOPIBA.



Fonte: CEDOC Dom Tomas Balduino – CPT, 2018  
Organização: Autores.



Fonte: CEDOC Dom Tomas Balduino – CPT, 2018  
Organização: Autores.

Observa-se a partir dos gráficos, que em menos de 10 anos a violência no campo tocantinense tem aumentado. Segundo o site Conexão Tocantins, 2017 coordenador da CPT, trás uma leitura das características dos conflitos existentes no estado.

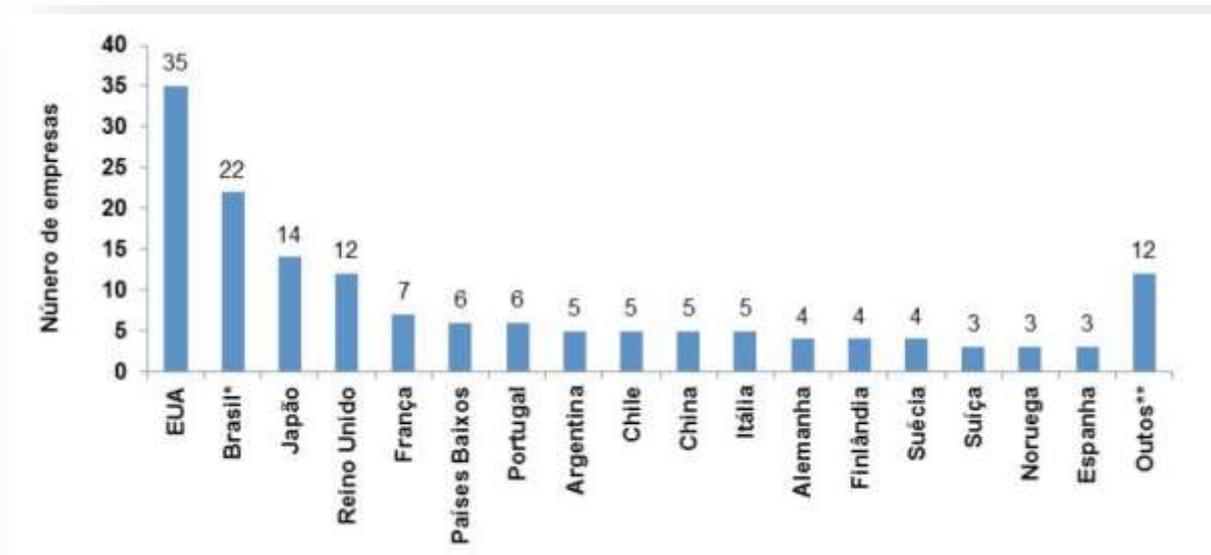
Com três assassinatos no campo e 105 ocorrências de conflitos agrários, 2016 foi um dos anos mais violentos no Estado do Tocantins. Além das três mortes registradas, houve outras duas tentativas de homicídios envolvendo agricultores familiares, sete ameaças de morte e 11 agressões físicas. Esse tipo de violência, em suma, é praticado por pistoleiros e jagunços a mando de grandes grileiros latifundiários. “A inoperância do Inkra do Programa Terra Legal com o terror vivido nas comunidades do campo, visto que áreas da União estão sendo griladas e o governo federal em vez de dar a destinação correta para essas áreas, legitima a grilagem de terras”, como aponta Edmundo Rodrigues, coordenador da regional Araguaia-Tocantins da CPT, que acrescenta “atribui-se, também, a responsabilidade ao poder judiciário, que segue concedendo mandados de reintegração de posses sem ouvir famílias, sem fazer perícia, o que ocasiona diretamente na expulsão do povo camponês” (CONEXÃO TOCANTINS, 2017, p. 01).

Assim como aumenta a violência no campo também aumenta a compra ou arrendamento de grandes porções de terras por capital nacional e/ou internacional (FERNANDES, 2011).

De acordo com a perspectiva de Oliveira (2014), a partir de 2007 começa a forjar novas empresas nacionais do setor de grãos no Brasil, que estão abrindo seus capitais em bolsas de valores. Essas empresas se articulam fazendo alianças com capital mundial, (Gráfico 3), atuando no mercado de terras através de investidores e fundos estrangeiros, fazendo com esses participem desse mercado, independentemente das ações do governo

quanto a eventuais restrições às aquisições de terras por estrangeiros<sup>7</sup>, formando assim, grandes corporações nacionais mundializada na área de grãos.

**Gráfico 3: Número de Empresas de Capital Internacional de Exploração de Recursos Naturais por País Sede – 2013-2017**



Fonte: DATALUTA, 2018.

Sobreiro; Fernandes; D. Pereira; Ramos; Lima; L. Pereira; Silva; (2018), fazem um diagnóstico do processo de apropriação de terras pelo capital estrangeiro, dizendo que:

A estrangeirização da terra corresponde a um processo materializado de diferentes formas, como a intensificação da territorialização do agronegócio, apropriação de terras para a implantação de projetos de energia renovável, mineração e conservação ambiental, o que mostra as múltiplas estratégias do capital internacional para controlar o território. A maneira mais eficaz de compreender a estrangeirização é através do território – multidimensional e multiescalar – uma vez que a essência do processo é o controle da terra, da água, da produção agrícola, do processamento e comercialização o que possibilita também o controle das políticas do desenvolvimento da agricultura em escala nacional e internacional. (Sobreiro; Fernandes; D. Pereira; Ramos; Lima; L. Pereira; Silva, 2018, p. 20).

Segundo o Conselho Nacional de Segurança Alimentar, que realizou uma “Caravana ao MATOPIBA” que se iniciou no dia 04/09/2017, existem denúncias de violações de direitos humanos, como o direito à alimentação e impactos ambientais. Entre as comunidades afetadas estão agricultores familiares, povos indígenas e quilombolas e assentados da

<sup>7</sup> Quanto ao controle de aquisição de terras por estrangeiros no Brasil o INCRA controla através de “verificação dos limites previstos na Lei nº 5.709/71, em relação à área do município e ao total de aquisição e arrendamentos por cada nacionalidade em todo o território nacional. Também busca verificar a identificação, a análise e avaliação de qualquer ameaça de invasão de país estrangeiro no território brasileiro, tendo a finalidade de preservar a soberania, a segurança e a independência nacional, a exemplo das riquezas imateriais, a segurança alimentar, hídrica, energética e as tradições culturais das comunidades tradicionais”. (INCRA, 2018).

reforma agrária. Uma das considerações do Conselho é a de que “embora utilizam-se do conceito de sustentabilidade, que na região em tela ocorrem diversos conflitos que extrapolam a questão ambiental, conflitos fundiários, principalmente com quilombolas e indígenas e a ocorrência de trabalho escravo”. (Conselho Nacional de Segurança, 12/09/2017, p. 01).

Para Feliciano (2006), A violência é uma das características e está presente na história dos movimentos sociais do campo brasileiro. Segundo o autor, sobre a violência no campo:

No Brasil, trata-se de um fator alarmante, tendo sempre existido de forma insofismável. Muitos já morreram, outros resistem bravamente. Todos estão sujeitos a sofrer qualquer tipo de violência, seja física ou não. Mas a história do Brasil revela fatos que nos deixaram e deixam perplexos pela tamanha brutalidade como sucederam (FELICIANO, 2006, p. 81).

Considerando esse contexto exposto, o estado do Tocantins apresenta inúmeros problemas, sejam eles econômicos, sociais, políticos e ambientais, os quais precisam de uma maior visibilidade da sociedade civil e de órgãos de controle, pois o que se observa é uma verdadeira eliminação da fauna e flora do Cerrado, acompanhado de conflitos, muitas vezes mortais entre camponeses e grandes produtores.

Essa lógica está perpassada pelo entendimento que o desenvolvimento capitalista no campo ocorre de forma contraditório e desigual (OLIVEIRA, 1995), pois ao mesmo tempo que avança sobre o campo, e procura eliminar os sujeitos que estão emperrando seu avanço, também gera seu contrário, criando brechas e formas para que as relações não capitalistas se materializem, seja em assentamentos, áreas de territórios tradicionais, ou então o processos de migração de camponeses posseiros.

## **Considerações finais**

Entendemos que a dinâmica econômica e de relações sociais locais, na atualidade é visivelmente alterada pela produção de *commodities*, principalmente a soja no MATOPIBA, seja pela forma homogênea que se apresenta, por tecnologias inseridas, antes vistas em grandes centros produtores e por produtores especializados, por empreendimentos voltados exclusivamente para tal demanda ou mesmo pela mudança do cotidiano dos moradores locais.

A paisagem rural e urbana nesse recorte, hoje está sendo alterada pela utilização de novas tecnologias, o modo de produzir agora é mais tecnificado, o tempo natural das culturas já não tem mais a mesma velocidade, alguns lugares antes desprovidos de uma racionalidade econômica nas cidades e no campo recebem novas funcionalidades. Ao alcance das classes, muitas vezes desprovidas de um olhar crítico, isso chega como explicação para os acontecimentos que geram confortos e/ou desconfortos em sua vivência, uma nova etapa da

*modernidade* como explicação, que muito superficialmente esclarece a real profusão das ações empreendidas no território.

O MATOPIBA se configura como mais um ponto estratégico para ação de agentes que promovem a expansão do agronegócio, que se instalam nessas regiões e de certa forma, monopoliza o território. Vê-se que tal movimentação do agronegócio, principalmente no setor sojicultor, é no sentido de ampliação territorial para geração de mais capital. Como para o capital é necessária à ampliação de terras agricultáveis, visto o que vem ocorrendo com as áreas de produção de soja na região do MATOPIBA, está sendo intensificado via produtores e empresas especializadas que migram para essas áreas e se territorializam, muitas vezes, gerando conflitos violentos com proprietários de terras locais.

Em quase duas décadas já do século XXI, a elite agrária (tradicional e moderna) do agronegócio (nacional e internacional), pautada pela agricultura capitalista continua o processo de manter seus privilégios para manter o controle territorial e para isso necessita se expandir para um território “vazio” de 15 milhões de hectares, com as seguintes características, para os próximos 20 anos: “terras planas, extensas, com solos potencialmente produtivos, com disponibilidade de água, clima propício com dias longos, com elevada intensidade de sol” (MAPA, 2016). Essa lógica que acompanha a formação territorial brasileira apenas fomenta a barbárie, provinda do conflito entre de modelos distintos de ver e relacionar com a natureza e a sociedade. O pensamento e projeto para o Brasil de país agroexportador atravessa nossa história, pois compreende o território sem povo, sem gente e sem natureza. Diante desse olhar para o território, (des)matar é justificado pelo discurso do desenvolvimento.

## Referências

ATITUDE. Portal de notícias, 2017. <<http://www.atitudeto.com.br/katia-abreu-vai-a-china-para-falar-sobre-potencial-agropecuaria-do-matopiba/>>. Acesso em junho de 2018.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Cadeia produtiva da soja**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Secretaria de Políticas Agrícolas; Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Coordenador Luiz Antonio Pinazza. – Brasília: IICA: MAPA/SPA, 2007.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Projeções do agronegócio: Brasil 2016/17 a 2026/27** / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Política Agrícola. – Brasília: MAPA/SPA, 2017. 103 p.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). Conflitos por terra no Brasil. Disponível em: <[www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/category/3-cadernoconflitos?Itemid=-1](http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/category/3-cadernoconflitos?Itemid=-1)>. Acesso em: Junho de 2018.

CONEXÃO TOCANTINS. 2017. <<https://conexaoto.com.br/2017/05/09/tocantins-registracao-aumento-de-209-nos-conflitos-agrarios-em-2016-aponta-pastoral-da-terra>>. Acesso em: Abril de 2018.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR. 2017. Matopiba: Caravana investiga supostas violações de direitos humanos. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/noticias/2017/setembro/matopiba-caravana-investiga-supostas-violacoes-de-direitos-humanos>>. Acesso em junho de 2018.

COSTA, Wanderley Messias da. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

SOBREIRO, José; FERNANDES, Bernardo; PEREIRA, Danilo; RAMOS, Eraldo; LIMA, Diogo; PEREIRA, Lorena; SILVA, Francisco. **O Golpe na Questão Agrária Brasileira**: aspectos do avanço da segunda fase neoliberal no campo. DATALUTA. Fev. 2018, n 122. Disponível em: < [http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim\\_dataluta\\_2\\_2018.pdf](http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_dataluta_2_2018.pdf).> Acesso em: Junho de 2018.

EMBRAPA. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/gite/projetos/matopiba/matopiba.html>>. Acesso em: Março de 2018.

FELICIANO, Carlos Alberto. **Movimento Camponês Rebelde**: a reforma agrária no Brasil. São Paulo. Editora Contexto, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Estrangeirização de terras na nova conjuntura da questão agrária. **Conflitos no Campo Brasil 2010**, p.76 - 83, 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. Cartilha Aquisição e Arrendamento de Terras por Estrangeiros. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/tree/info/file/15151>. Acesso em: Novembro de 2018

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Populacional, 2000 e 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 30 jun. 2013

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades@**, 2013. Disponível em:<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=171820&search=tocantins|porto-nacional>>. Acesso em: Abril de 2015.

MORAIS. Paula Benevides de; JUNIOR. Sebastião Nolêto; MARTINS. Iracy Coelho de Menezes. **Análise de Sustentabilidade do Projeto Hidroagrícola Javaés/Lagoa, no Estado do Tocantins**. Caderno de Ciências & Tecnologia, Brasília, v. 34. n.1, p. 83-111, jan./abr. 2014.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1995.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A mundialização da Agricultura Brasileira**. Goiânia, Editora Kelps. 2014.

OLIVEIRA, Nilton Marques; CRESTANI, Leandro de Araujo. Conflitos Agrários no Bico do Papagaio, Tocantins. **Revista IDeAS**, v. 8, n. 2, p. 104-134, 2014.

PIRES. Mauro Oliveira. **Programas Agrícolas na Ocupação do Cerrado**. Sociedade e Cultura, v. 3, n. 1 e 2, jan/dez. 2000, p. 111-131.

ROCHA, Carlos Eduardo Ribeiro; FOSCHIERA, Atamis Antonio. Expansão da produção agrícola no território do Matopiba: territorialização de agentes econômicos do setor sojicultor em Porto Nacional – TO. **Revista Caderno de Geografia**, v.28, n.52, pag. 145 – 165, 2018.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço – Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 2012.

SANTOS, Roberto de Sousa. **Políticas Públicas e o Agronegócio na Amazônia Legal/Cerrado: Conflitos Socioterritoriais** – in Território em Conflitos, Terra e Poder. Ed. Kelpes, Goiânia, 2014.

SILVA. Dione Ribeiro da; AIRES. Berenice Feitosa da Costa. **Impactos Sociais do Projeto Manoel Alves**. Seminário de Iniciação Científica. UFT Palmas, 2012.

---

### Sobre os autores

---

**Carlos Alberto Feliciano** – Graduação em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP); Mestrado em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP); Doutorado em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP); Pesquisador da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente; **OrCID** – <http://orcid.org/0000-0003-1682-7996>.

---

**Carlos Eduardo Ribeiro Rocha** – Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins (UFT); Mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins (UFT); Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil; **OrCID** – <https://orcid.org/0000-0001-8713-6741>.

---

### Como citar este artigo

---

FELICIANO, Carlos Alberto; ROCHA, Carlos Eduardo Ribeiro. Tocantins no contexto do MATOPIBA: Territorialização do agronegócio e intensificação dos conflitos territoriais. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, p. 230-247, dossiê MATOPIBA, 2019.

---

### Declaração de Contribuição Individual

---

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos autores. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. O autor **Carlos Alberto Feliciano** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual e análises; o segundo autor **Carlos Eduardo Ribeiro Rocha**, pela aquisição de dados e suas interpretações e análises.

Recebido para publicação em 24 de setembro de 2018.

Devolvido para a revisão em 25 de outubro de 2018.

Aceito para a publicação em 31 de janeiro de 2019.

---